

Filosofia, dogmatismo e engajamento nas *investigações filosóficas* de Wittgenstein¹

Matheus Colares do Nascimento

Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Membro do Ciclo
Filosófico de Belém.

E-mail: matheuscolares12@gmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar um modo como a filosofia de Wittgenstein pode ser considerada engajada. Para isso enfatizaremos a adoção de um princípio ético antidogmático na sua concepção de filosofia como investigação gramatical nas *Investigações Filosóficas*. Isso permite que Wittgenstein conceba o dogmatismo como problema filosófico. Entretanto, julgamos que essa concepção de filosofia possui implicações éticas significativas, porque o problema do dogmatismo é recorrente também em outros contextos discursivos, e.g., a política, moral, etc. Nesse sentido, reforçaremos o significado do engajamento da atividade filosófica, aplicando suas ferramentas de análise à defesa da posição ideológica conservadora proferida por Roger Scruton. O resultado disso será mostrar que ela incorre nos mesmos problemas discursivos que o dogmatismo da filosofia metafísica criticado por Wittgenstein, qual seja, a idealização das propriedades de um modelo de representação.

Palavras-chave: Wittgenstein; *Investigações Filosóficas*; dogmatismo; conservadorismo; Roger Scruton

¹ A primeira versão deste artigo foi escrita para uma fala na primeira edição de palestras do Ciclo Filosófico de Belém, cujo título inicial era “Dogmatismo linguístico e discurso autoritário”. Este foi um evento de divulgação realizado nessa cidade que teve como tema “Dissonância cognitiva e a crise da contemporaneidade” e contou com diversas apresentações de temas filosóficos variados. Agradeço a todos os membros do Ciclo que contribuíram para a discussão e estruturação deste artigo, são eles: Felipe Sampaio de Freitas, Hailton Guiomarino e Rafael Costa.

Introdução

O objetivo deste artigo é mostrar que concepção wittgensteiniana de filosofia como clarificação pode ser concebida como engajada. Não só isso, o sentido desse engajamento pode ser ampliado, na medida em que seus conceitos podem ser mobilizados contra diversas posições dogmáticas e até mesmo como uma crítica da cultura (CABANCHIK, 2018, p.186). Portanto, para além da crítica a alguns pressupostos da filosofia tradicional.

Segundo julgamos alguns conceitos que Wittgenstein elabora nas *Investigações filosóficas* (IF, doravante)² podem ser mobilizados para deslegitimar as pretensões discursivas de posições ideológicas que incorram no mesmo erro dogmático da filosofia tradicional, a saber, a atribuição de necessidade à propriedades conceituais de certos modelos de representação.

Nosso caso será a posição ideológica conservadora proferida por Roger Scruton. Nas suas obras ideológicas, Scruton pretende demonstrar uma suposta necessidade dos valores tradicionais judaico-cristãos ocidentais, atribuindo-lhes uma necessidade supostamente comprovada pela história. Por esse motivo, tais valores deveriam servir como critérios de validação do discurso moral e político. Pretendemos demonstrar como as pretensões dessa profissão ideológica são ilusórias, porque elas se apoiam sobre uma concepção de necessidade metafísica e porque tal pretensão conduz a entrecruzamentos

² Para a referência às obras de Wittgenstein seguirei o costume da literatura secundária de utilizar abreviações seguidas do número do parágrafo ou aforismo: *Tractatus logico-philosophicus* (TLP), *Investigações Filosóficas* (IF). As referências completas encontram-se no final do texto.

entre jogos de linguagem. Ambos os pontos são criticáveis a partir de conceitos encontrados na obra de Wittgenstein.

Com efeito a concepção de que a filosofia não pode avançar teses à maneira das ciências naturais é um motivo que perpassa o desenvolvimento filosófico de Wittgenstein. No *Tractatus logico-philosophicus* (TLP, doravante), ele estabelece essa visão afirmando que o resultado de investigações filosóficas não pode ser doutrinas ou teorias que nos informem algo de positivo sobre o mundo, tal como as doutrinas e teorias científicas (TLP 4.112). Nessa mesma linha, nas *Investigações Filosóficas* (IF, doravante) ele reafirma essa posição, apesar de se debruçar criticamente sobre alguns aspectos do seu pensamento (IF 109).

Esses comentários deram origem a algumas caracterizações a respeito da concepção wittgensteiniana de filosofia como sendo neutra, quietista³ ou simplesmente conservadora. Marcuse, por exemplo, formula uma crítica nesse sentido. Para ele, a observação meta-filosófica de Wittgenstein, segundo a qual “a filosofia deixa tudo como está”⁴, inviabiliza críticas e propostas alternativas às formas prevalecentes de discurso e comportamento. Isso, porém, segundo afirma, revelaria um compromisso ideológico intrínseco dessa orientação filosófica com o *status quo* (MARCUSE, 2002, p.177-8).

Nessa mesma linha, Bloor (1983, p.161-2), por exemplo, afirma que a orientação temática da filosofia de Wittgenstein o torna um filósofo conservador. Como bem afirma, a tradição conservadora

³ Cf., e.g., Blackburn, S. *Spreading the Word*. Oxford: Oxford University Press, 1984. p.146.

⁴ Cf. (IF 124)

contrarrevolucionária – na qual Scruton se insere (COUTINHO, 2014, p.9-11) – defende uma primazia dos aspectos práticos e concretos da vida, representados pela tradição, os quais garantem a unidade orgânica de uma sociedade. Para o autor, a predileção de Wittgenstein por esses aspectos da vida nas suas reflexões filosóficas, i.e., pelo concreto e pelas práticas discursivas cotidianas em relação ao abstrato e às normas, justificariam a classificação do filósofo como inclinado para um conservadorismo desse tipo.

Segundo Strandberg (2006, p.149-50) o principal pressuposto dessas críticas é o fato de que a posição metodológica de Wittgenstein quanto à filosofia não fornece um pano de fundo estável sobre o qual críticas podem se basear. Isso é correto, porém, segundo acreditamos, não fornece justificção plausível para as duas observações mencionadas acima por dois motivos.

Em primeiro lugar, segundo acreditamos os comentários metodológicos de Wittgenstein apresentados nas *IF* não podem ser considerados como pretensas alegações de neutralidade, porque eles, na verdade, representam um compromisso com uma determinada (positiva, não-neutra) posição quanto à natureza da filosofia e dos problemas filosóficos (KUUSELA, 2011, p.606-7). Segundo ela, como veremos, a tarefa da filosofia é crítica e analítica (negativa), e os problemas filosóficos são problemas de dogmatismo, os quais devem ser dissolvidos.

Além disso, como tentaremos mostrar, esses comentários têm como objetivo chamar atenção para a tendência científica para generalidade e precisão conceitual de nossas definições (WITTGENSTEIN, 1960, p.17-8). Segundo Wittgenstein, essa tendência adentra concepções filosóficas e se

transforma em exigência de que tudo deva ser geral e preciso. Trata-se, portanto, de diferenciar os métodos da filosofia e das ciências naturais, desfazendo confusões conceituais em que a filosofia metafísica está envolvida ao importar elementos do método científico para uma investigação de caráter conceitual.

Tendo isso em mente, em segundo lugar, a sua tendência ao concreto e cotidiano tampouco representa um compromisso com uma posição ideológica conservadora. Pois, no presente caso, a referência à efetividade das nossas práticas visa a chamar atenção para certos aspectos que tendências filosóficas dogmáticas tendem a negligenciar. Nesse sentido, “a filosofia deixa tudo como está”, porque, para Wittgenstein, ela não tem a mesma função científica de aumenta nosso conhecimento sobre um determinado objeto, mas sim de fornece-nos diferentes perspectivas sobre as coisas que já existem (*IF* 144).

Esse esclarecimento mostra, portanto, como uma concepção crítica de filosofia pode ser equacionada com o comprometimento com determinados pressupostos ou princípios filosófico-metodológicos desde que eles não sejam considerados como afirmações com caráter de teorias científicas. Nesse sentido, podemos afirmar que a atividade filosófica wittgensteiniana focalizada na crítica ao dogmatismo está motivada por um princípio ético, a saber, clareza⁵ (*IF* 144).

⁵ Evidentemente, essa clareza conceitual não tem o mesmo teor que a clareza almejada no *TLP*, visto que esta dependia da aplicação de um simbolismo correto que eliminasse as ambiguidades da linguagem cotidiana no emprego dos sinais, a mesma ambiguidade que dava origem a problemas filosóficos (*TLP* 3.323-5). No presente contexto a clareza se refere ao uma visão panorâmica sobre a multiplicidade dos vários

Segundo acreditamos, isso viabiliza o uso da sua filosofia como ferramenta filosófica em um sentido mais amplo. Pois, esse princípio ético pode servir de orientação para criticar outros dogmatismos presentes, e.g., em contextos morais e políticos. Isso justifica a aplicação do aparato conceitual wittgensteiniano para criticar o conservadorismo defendido por Scruton. Acreditamos que o empreendimento dessa tarefa, se bem-sucedido, poderá colocar mais ênfase no engajamento que atribuímos à atividade filosófica tal como concebida por Wittgenstein

Para isso, primeiramente, tomaremos o próprio caso do desenvolvimento filosófico de Wittgenstein como uma reflexão autocrítica antidogmática. Mesmo considerando significativos aspectos de continuidade na sua obra, Wittgenstein passa a apresentar importantes modificações na sua concepção de sentido proposicional a partir da sua vinculação com a práxis efetiva da linguagem. Ao evidenciar essa mudança conceitual, em algumas passagens, Wittgenstein também toma oportunidade para fazer referências autocríticas a alguns pressupostos do *TLP*. Com elas, Wittgenstein toma a si mesmo como um exemplo do perigo que representava para ele “o dogmatismo em que se cai tão facilmente em filosofia” (*IF* 131).

Daí a importância de esboçar a sua virada metodológica. Nesse contexto, devemos considerar as *IF* de uma perspectiva global como o

aspectos semelhantes e aparentados nos quais a linguagem se apresenta. Chamar atenção para esses múltiplos aspectos é importante para atingir justiça conceitual e honestidade intelectual no uso da linguagem, através da eliminação confusões conceituais que originam os dogmatismos (*IF* 118-22; Cf. também DALL’AGNOL, 2011, p.38-9; KUUSELA, 2005, p.105-7; 2008, p.285).

resultado de uma reorientação metodológica na filosofia de Wittgenstein (*IF* 108)⁶, dentro da qual a luta contra o dogmatismo deve ser considerada.

A virada de Wittgenstein contra o dogmatismo

Uma das questões principais nas reflexões sobre a linguagem ao longo da história da filosofia é a questão do significado. Como pode uma palavra indicar algo para além dela? Como se estabelece uma relação entre palavras e as coisas que elas representam? Predominantemente, segundo Marcondes (2017, p.49), os filósofos se concentraram em pensar esse problema sobre o espectro da relação entre linguagem e realidade. Pois, a linguagem em si mesma não teria sido um problema filosófico central ao longo da história da filosofia. O interesse a respeito dela tinha origem unicamente na medida em que ela deveria ser um meio para externalizar a relação mental entre um determinado conteúdo cognitivo e objetos da realidade⁷. Essa visão acerca da linguagem implica uma concepção mentalista de significado.

Em contraste, Wittgenstein assimila de seus influenciadores importantes elementos de ruptura com relação a essa perspectiva. De Russell, em especial, ele assimila a ideia de que uma proposição aparentemente bem construída na linguagem cotidiana pode não ter uma proposição bem construída correlata quando traduzida para um simbolismo (*TLP* 4.0031)⁸.

⁶ Cf. também (KUUSELA, 2005, p.95)

⁷ Segundo Marcondes, isso implica também uma problematização da tentativa de pensar a “filosofia da linguagem” como uma “disciplina” filosófica fora do contexto da virada linguística da passagem do século XIX para o XX (MARCONDES, 2017).

⁸ Cf. também CONANT, 1989, p. 258.

Com isso, Wittgenstein também nega que as formas da linguagem cotidiana seriam apenas formas neutras para externalização de pensamentos, não interferindo muito no conteúdo mental veiculado (*TLP* 4.002)⁹.

Apesar disso, esse posicionamento ainda não representa uma ruptura completa com relação à posição tradicional da filosofia sobre o funcionamento da linguagem. Isso porque Wittgenstein ainda assimila de Frege e Russell a concepção de definição real ou essencialista (BAKER; HACKER, 2005, p.204-6). Segundo tal concepção, uma definição conceitual deve ser formulada em termos de condições necessárias e suficientes, de modo a ser aplicável a todas as coisas portadoras de uma determinada propriedade *F*. Ela deve definir *F*, mostrando ser unicamente em virtude dessa definição que todas as coisas que portam *F* podem ser consideradas indivíduos ou objetos subsumidos a esse conceito (BAKER; HACKER, 2005, p.201). Uma vez que cada objeto que participa do conceito não possui *F* de maneira pura, a formulação de uma definição consistiria numa operação mental de abstração de impurezas separando-as de *F*.

Nesse sentido, no *TLP* a concepção de proposição como figuração é encarada como uma exigência: todas as proposições *devem* ser figurações (*TLP* 3.11-12)¹⁰. Isto é, deve existir uma propriedade *P* que faz de todas as proposições, proposições, a saber, a possibilidade de ela figurar um estado de coisas, i.e., de ela ter sentido.

Para Wittgenstein, a possibilidade de o sentido de uma proposição ser determinado depende de que os nomes, os elementos mais simples da

⁹ Cf. também HUTTO, 2003, p. 27-8.

¹⁰ Cf. também BAKER; HACKER, 2005, p. 205.

proposição, denotem objetos simples (*TLP* 3.23). Esses objetos constituem a substância do mundo (*TLP* 2.021), i.e., todas as possibilidades de configuração de estados de coisas (*TLP* 2.014). A possibilidade de substituição dos elementos nos estados de coisas por nomes garante a vinculação da proposição com a realidade (*TLP* 2.1511, 4.0312). Isto é, a partir dessa substituição a proposição pode projetar uma configuração de nomes congruente à configuração de objetos na estrutura de um fato (*TLP* 2.15).

Essa concepção restrita de sentido pautada na exigência da correlação entre aspectos da linguagem e da realidade (e.g., nomes denotando objetos simples) é um dos pontos de ruptura que Wittgenstein apresenta com relação às suas ideias tratariam a partir do seu retorno à filosofia por volta de 1929 (MONK, 1995, p. 251-2). A partir daí ele passa a convencer-se gradualmente de que a determinação exigida pela concepção de definição real sobre a necessidade de se destacar um aspecto ou propriedade comum a todas as manifestações linguísticas era uma exigência metafísica no seu pensamento (*IF* 107). Tal exigência o levava a postular a comparação entre proposições e figuras como revelando um aspecto necessário sobre a natureza das proposições (*IF* 94).

Essa intuição sobre o *TLP*, proporciona uma consideração retrospectiva e autocrítica sobre o estado de convicção que Wittgenstein nutria com relação às teses defendidas no *TLP* (*IF*, Prefácio). A exigência conceitual por uma definição essencialista de proposição era um dos motores da ideia de que as partes constituintes devem ser explicadas de maneira precisa, uma vez que a aplicação do sinal proposicional com sentido dependeria da sua denotação (KUUSELA, 2011, p.611-2). Tendo abandonado essa concepção de

definição, Wittgenstein também abandona a concepção de que a prática linguística é totalmente determinada por regras – as regras da sintaxe lógica no *TLP* – estabelecendo em termos necessários e suficientes as suas condições de aplicação (*IF* 84)¹¹. Ao invés disso, ele admite novas possibilidades de construção de sentido, na medida em que este pode ser determinado a partir da função que uma proposição pode desempenhar em um determinado contexto, i.e., a partir do seu uso (*IF* 43).

Nesse contexto filosófico, o conceito de jogo de linguagem toma um lugar central. Com tal conceito Wittgenstein propõe pensar a linguagem não como determinada *a priori* a partir de formulações teóricas, mas sim como uma prática situada na vida concreta, revelando, assim, o seu caráter dinâmico e plural. Tal como ele afirma em *IF* 23:

Há [...] incontáveis espécies diferentes da aplicação daquilo a que chamamos “símbolos”, “palavras”, “proposições”. E esta multiplicidade não é nada fixo[...] [novo parágrafo] A expressão jogo de linguagem deve aqui realçar o facto de que falar uma linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida (WITTGENSTEIN, 2015, p.189).

A partir disso, se quisermos começar a considerar a linguagem sem preconceitos filosóficos não podemos perder de vista a vinculação desses critérios com o funcionamento dessas práticas na vida concreta. Somente nesse contexto o papel linguístico de determinadas expressões de um determinado jogo de linguagem tem sentido (*IF* 98).

Tendo isso em mente, torna-se problemático traçar um critério de validação universal, e.g., uma propriedade compartilhada por todas as

¹¹ Cf. também SCHROEDER, 2017, p. 252-3.

manifestações da linguagem, para o uso correto da linguagem. Pois, no funcionamento cotidiano de nossas práticas linguísticas o que se revela não é a existência de um aspecto comum que unifica todos os jogos de linguagem, mas a existência de uma capilaridade de semelhanças aparentadas entre eles (IF 65).

Esse argumento permite problematizar a concepção mentalista de significado adotada no *TLP*, resultante do comprometimento com a concepção de definição essencialista. Como vimos, segundo ela o significado de um conceito é determinado por um ato mental de vinculação entre a propriedade comum existente e uma palavra arbitrariamente escolhida (MARCONDES, 2017, p. 57).

Essa concepção pode ser considerada uma concepção com tendências realistas ou *quasi*-realista, porque ela impõe certas condições ontológicas (deve haver objetos simples) (KIRKHAM, 1992, p. 75-6), como justificação da possibilidade da figuração. Apesar de que ela não defende a afirmação ingênua de um vínculo direto entre formas lógicas e um mundo previamente constituído antes da linguagem¹². Pois as figurações que fazemos por meio de proposições são apenas modelos mobilizados para coordenar nossa representação proposicional do mundo (*TLP* 2.1511-2.1515). Além disso, saber como o mundo é, i.e., saber quais objetos ou proposições elementares de fato existem, seria tarefa de uma análise empírica (HACKER, 1986, p.102). Portanto, uma tarefa não para a lógica, mas para a sua aplicação (*TLP* 5.557).

¹² Cf., e.g., DALL'AGNOL, 2005, p.114; WALLNER, 1997, p.33

Contra essa concepção de significado, Wittgenstein faz uma afirmação forte em *IF* 65 mobilizando a concepção de semelhanças de família. Segundo ele, não há nada em comum nos fenômenos a que chamamos linguagem. Tendo isso em mente, poder-se-ia pensar que ele transita para o extremo oposto da sua antiga concepção de definição e, conseqüentemente, de significado (BAKER; HACKER, 2005, p.212). I.e., para uma concepção antirrealista que nega a possibilidade de existir uma propriedade compartilhada por um conjunto de casos.

Isso, porém, contradiria a posição metodológica wittgensteiniana de que a filosofia não pode avançar teses ou doutrinas explicando em que consiste, e.g., a natureza da linguagem¹³ (*IF* 109, 124). Mantendo a coerência, logo Wittgenstein ameniza a sua afirmação, esclarecendo as pretensões negativas da mobilização da concepção de semelhanças de família. Para ele, não é que haja uma impossibilidade lógica em traçar limites precisos para um conceito, circunscrevendo uma propriedade em comum para todos os objetos subsumidos nele. O que Wittgenstein encara como problemático é, na verdade, a exigência de que toda conceituação *deva* circunscrever uma propriedade compartilhada por todos os casos relevantes (*IF* 68-9).

Para justificar sua posição nesses parágrafos, Wittgenstein invoca o exemplo do conceito de jogo no seu argumento, estruturando-o na forma de uma *reductio*. Segundo ele, se a posse de uma definição essencialista fosse necessária para a compreensão de um conceito, e.g., o de jogo, seguir-se-ia que práticas relacionadas a tal compreensão não poderiam ocorrer

¹³ Uma vez que estas aspirariam ter o mesmo estatuto de uma teoria científica acerca da natureza da linguagem.

normalmente, antes da formulação de uma definição do tipo. Identificar exemplos de jogos, explicar em que consiste um jogo, etc., não seriam operações possíveis sem uma definição sobre a propriedade que faz de um jogo um jogo.

Isso, porém, não é o que acontece, defende ele. A especificação de exemplos de jogos prescinde de um conceito com limites fixos. Com efeito, é perfeitamente possível aduzir a um conjunto de indivíduos como sendo exemplos de jogos apenas a partir da correlação de similaridades entre eles (*IF* 66). O mesmo ocorre com a explicação sobre o que é um jogo. Para Wittgenstein, a adução a exemplos destacando certas similaridades já constitui em si um tipo de explicação (*IF* 69). Portanto, a capacidade de exemplificar jogos já constitui uma evidencia da compreensão do que é um jogo.

Nesse sentido, os argumentos de Wittgenstein operam uma deflação na aplicação da concepção essencialista de definição. Evidentemente, ela é uma escolha metodológica possível, porém, a sua adequação só pode ser avaliada a partir do estabelecimento de propósitos conceituais específicos (*IF* 68-9). A mobilização da concepção de semelhanças de família é nesse sentido negativa, porque ela visa a problematizar a exigência da definição essencialista como único referencial metodológico (BAKER; HACKER, 2005, p.214).

Uma vez que o *TLP* também firmava comprometimento com essa concepção, esses comentários devem ser entendidos como autocríticas. Nesse sentido, eles fornecem o caminho para entender o significado do desenvolvimento filosófico de Wittgenstein. Não significando a mudança de um referencial teórico para outro (DIAMOND, 1995, p.19), mas representando uma reconsideração metodológica sobre o papel que os

modelos têm na investigação filosófica (KUUSELA, 2005, p.95). Como veremos, a falha em considerar modelos como ferramentas filosóficas úteis, resulta na reificação das suas propriedades conceituais como representando aspectos necessários dos objetos. Isso, para Wittgenstein, conduz ao dogmatismo conceitual.

O dogmatismo conceitual na filosofia da linguagem e além dela

Para Wittgenstein, o dogmatismo ou confusão metafísica ocorre porque “[...] há uma má-compreensão do papel que desempenha o ideal na nossa linguagem” (*IF* 100). Isto é, em diversas investigações, não apenas em filosofia, mobilizamos modelos ou esquemas conceituais para representar certas propriedades de certos objetos. Quando falhamos em encarar o modelo como tal, i.e., como ferramenta útil de investigação, tomamos as suas propriedades como desvelando aspectos necessários pertencentes à natureza do objeto de investigação (*IF* 91-2). Porém, quando isso acontece a função do modelo é desvirtuada: as propriedades por ele atribuídas aos objetos passam a ser exigências. Nesse sentido, ele deixa de ser um referencial útil e passa a ser um referencial normativizado, ao qual todo objeto de investigação *deve* corresponder (*IF* 104). Isso, para Wittgenstein, cria a ilusão de que para apreender esses aspectos necessários devemos desvincular o uso de certos conceitos das práticas cotidianas, às quais ele está originalmente vinculado, abstraindo as imperfeições da sua aplicação nesses contextos (*IF* 96).

Nessas circunstâncias, porém, o conflito entre a exigência e o funcionamento cotidiano de nossas práticas é inevitável. Ao considerarmos-lo

vemos que os aspectos necessários que se procura não se revelam como reais. Eles são, na verdade, frutos de uma exigência conceitual originada de um tipo de relação interpretativa dogmática com um determinado modelo de investigação (*IF* 107). Nesse sentido o modelo deixa de ser considerado como fornecendo intuições sobre propriedades conceituais dos objetos e a normativização das suas propriedades passa a ser considerada como uma prisão conceitual (*IF* 115).

Segundo Wittgenstein, a normativização de um modelo de expressões gramaticais constitui o cerne do problema das pretensões discursivas da filosofia metafísica. Porém, como vimos, essas observações também têm teor autocrítico. No *TLP* Wittgenstein tratara a afirmação de que as proposições são figurações de possíveis estados de coisas como uma intuição revelando a natureza de todas as proposições. Ao não considerar essa comparação como modelo útil, ele julgara ter descoberto um referencial normativo, decretando que uma proposição *deve* ser assim-e-assim ou não pode ser uma proposição (*IF* 112-4)

Nesse contexto, a reconsideração do papel dos modelos e exemplos em investigações se torna um dos pontos chave do desenvolvimento metodológico de Wittgenstein (*IF* 108)¹⁴. A mobilização de, não um, mas vários modelos se torna o próprio método da investigação filosófica (*IF* 71-2). Seu objetivo é chamar atenção para as várias redes de semelhanças e dessemelhanças no emprego dos conceitos nas práticas cotidianas, reconduzindo a elas conceitos idealizados e oferecendo uma visão panorâmica

¹⁴Cf. também KUUSELA, 2011, p.614.

do seu emprego (*IF* 116-7, 122). Segundo Wittgenstein, o valor dessa investigação advém da clareza conceitual que ela pode proporcionar ao desfazer bolhas conceituais e desconstruir preconceitos filosóficos (*IF* 118-9).

Entretanto, julgamos que essa concepção de filosofia como investigação gramatical pode ter implicações éticas mais amplas. Afinal, assim como há problemas em normativizar conceitos empregados em determinados modelos filosóficos, é perfeitamente possível conceber o mesmo fenômeno no emprego de modelos para pensar a ética, política, etc. Sabendo disso, a manipulação da linguagem com pretensões dogmáticas de necessidade pode e deve ser problematizada também nesses âmbitos.

Podemos reconhecer as implicações éticas da tarefa filosófica de análise gramatical se admitirmos que ela pode mostrar a verdadeira origem de nosso comprometimento com determinadas crenças filosóficas. Kuusela, por exemplo, afirma:

[...] a visão tradicional das afirmações acerca de conexões conceituais como sendo afirmações de verdades imutáveis pode ser vista como expressando um desejo de transcender os limites da existência corpórea humana. Essa sugestão, de que as raízes de perspectivas filosóficas podem algumas vezes ser encontradas em desejos do cotidiano, pode também ser estendida para incluir, por exemplo, preferências estéticas e convicções políticas como fonte (ou motivação) de perspectivas filosóficas (KUUSELA, 2008, p.284, *tradução nossa*)¹⁵.

¹⁵[...] the traditional view of statements about conceptual relations as statements of immutable truths might be seen as expressing a desire to transcend the limits of corporeal human existence. This suggestion that the roots of philosophical views might sometimes be found in practical desires may also be extended to include, for

Nesse sentido, uma análise gramatical poderia mostrar-nos que uma tese filosófica seria uma combinação entre uma determinada preferência subjetiva e uma necessidade gramatical transformada em necessidade ontológica, i.e., a concepção de uma necessidade pertencente aos objetos em si mesmos e não à preleção por um modelo conceitual. Uma confusão filosófica do tipo pode ser propagada, sem uma crítica gramatical no sentido wittgensteiniano.

Um bom exemplo disso é a inclinação do discurso conservador em ver determinadas práticas e modelos éticos como necessários. O sentido de tal inclinação, como afirma o ideólogo britânico do conservadorismo Roger Scruton, é subsumido no conceito de tradição. Ele sustenta que os valores da tradição de uma determinada época são fixados por uma espécie de lógica não planejada inerente ao desenvolvimento histórico-social que seleciona os melhores valores conforme o curso natural da história(SCRUTON, 2001, p.31-2). O objetivo desse argumento é justificar valores tradicionais como as melhores formas de acordo e unidade social de que dispomos atualmente, pois elas teriam sobrevivido um suposto “teste do tempo”. Nesse sentido, Scruton não se lhes refere apenas como modelos de vida, mas como conhecimento social que progrediria por acumulação (SCRUTON, 2001, p.32). Por esse motivo, ele reivindica uma necessidade ontológica para suas práticas ou sua forma de vida com base na sua capacidade de sobrevivência histórica(COUTINHO, 2014, p.57-8).

instance, aesthetic preferences and political convictions as a source of (or motivation for) philosophical views.

Sem a noção de tradição, sustenta ele, todas as relações sociais sucumbiriam à dinâmica de vida do *homo oeconomicus*, i.e., seriam reduzidas a relações triviais e pragmáticas, como trocas comerciais, etc. (SCRUTON, 2015, p.38) Por isso, os indivíduos e a sociedade inseridos nesse contexto supostamente possuiriam uma inclinação natural para defender as tradições (SCRUTON, 2001, p.10).

Essa visão, porém, resulta numa atitude conceitual dogmática¹⁶, pois representa uma tentativa de fundamentar determinadas propriedades de um modelo ético-cultural reivindicando para elas um caráter normativo pautado num tipo problemático de necessidade. Nesse movimento a posição

¹⁶ Pode ser interessante também comparar a aplicação do diagnóstico wittgensteiniano do dogmatismo para o conservadorismo de Scruton com outras reflexões sobre o dogmatismo. Para Milton Rokeach, por exemplo, o dogmatismo deve ser compreendido como uma posição para com um sistema de crenças fechado que demonstra ser a sustentação psicológica da autoestima e da visão de mundo do indivíduo e onde se possa identificar uma hierarquia entre as crenças (centrais ou periféricas) (ROKEACH, 1981, p.1-3) Segundo Etchezahar et al. (2013, p.208), essa definição pode ser mais elucidada a partir de três características: (a) um aumento gradativo no envolvimento com uma crença é concomitante a uma tendência decrescente no reconhecimento da legitimidade de outras; (b) o indivíduo tem a sua crença como uma verdade absoluta que deve ser difundida e reconhecida; (c) o sentimento de que sua visão de mundo, seus valores etc, estão sempre em constante ameaça por crenças diferentes. Nesse sentido, maior dogmatismo implica em diferenças cognitivas mais polarizadas entre os “adeptos” e os “não-adeptos”. As crenças diferentes são rejeitadas *a priori* já que o diferente é visto como inimigo. A defesa do conservadorismo por Scruton parece se encaixar nessa definição de dogmatismo, na medida em que, como veremos, ao tenta reivindicar necessidade para seus valores, o conservador estaria reproduzindo o ponto (b). Enquanto que ao afirmar uma suposta redução do valor das interações humanas, caso os valores da tradição deixassem de ser defendidos, Scruton parece reproduzir o ponto (c). Isto é, de que o indivíduo dogmático sente sua crença ameaçada por outras. No caso, aqui se trata de uma ameaça por parte de pautas mais progressistas.

conservadora de Scruton reifica determinados aspectos do modelo ideológico conservador. Esses elementos são elevados ao estatuto de regras norteadoras de outros âmbitos da realidade social. Isto é, eles são postulados como critérios de validação para avaliar a validade de afirmações de outros discursos inseridos em outros jogos de linguagem, por exemplo, o discurso político e moral (SCRUTON, 2001, p.24). Isso, porém, representa um esquecimento ou negligência do fato de que o que torna objetivo um discurso são critérios de validação internos e não um apelo a uma realidade externa (DALL'AGNOL, 2006, p.76). Nesse sentido, o discurso político e moral são discursos com critérios de validação próprios e autônomos baseados, geralmente, em consensos, trocas e concessões. Tendo isso em mente, eles não precisam se adequar a critérios determinados por uma alegada necessidade cultural de certos valores conservadores.

Quando fazemos isso estamos importando ilicitamente a gramática dos nossos preconceitos filosóficos e de nossas crenças metafísicas naturalizadas para dentro desses âmbitos discursivos. A filosofia metafísica, por exemplo, ao tentar conferir necessidade às propriedades conceituais do seu modelo conceitual de representação, não consegue ver que elas estavam, em sua origem, vinculadas a certas práticas, das quais foram descontextualizadas (*IF* 96)¹⁷. De forma análoga, o discurso conservador falha em perceber que a necessidade reivindicada para as tradições está ligada a uma prática ética, cultural e linguística específica. Isso, segundo Wittgenstein (1960, p.55), é resultado da incapacidade de perceber que o uso das palavras “pode”

¹⁷Cf. também DALL'AGNOL, 2016, p.219; 2006, p.76.

e “deve” em afirmações com pretensão de necessidade são de caráter conceitual estabelecendo o uso de uma regra, e não proposições factuais enunciando necessidades ontológicas¹⁸. Por esse motivo, o conservadorismo configura como um exemplo de dogmatismo e, por isso, suas pretensões discursivas são injustificadas.

Para Wittgenstein, segundo Diamond (1995, p.184), confusões do tipo em que a filosofia e, como mostramos, também o conservadorismo de Scruton estão envolvidos sempre envolvem um tipo de ilusão devido à falta de um certo tipo de clareza¹⁹. Tendo isso em mente, as pretensões injustificadas de atitudes discursivas do tipo podem passar despercebidas e agregar capacidade de convencimento. A partir disso elas poderiam ser mobilizadas em discursos manipuladores para a adoção das mais diversas posições acerca de vários temas. Contra isso, a crítica da linguagem empreendida por Wittgenstein visa a garantir clareza ao intelecto que sofre de confusões conceituais (*IF* 111). Nesse contexto, o reconhecimento da multiplicidade é essencial para a clareza e a clareza é uma questão de honestidade intelectual²⁰.

Essa clareza que impulsiona tanto o princípio ético quanto as implicações éticas da sua prática filosófica está voltada inicialmente apenas para contextos filosóficos. Apesar disso, julgamos que o argumento acima esboçado pode contribuir para mostrar como os seus horizontes de aplicação

¹⁸ Como diria Austin (1990, p.72), essas palavras são partículas úteis para agregar força ilocucionária à afirmação, i.e., para agregar força ao efeito normativo intencionado por elas.

¹⁹ No sentido em que clareza é concebida nas *IF*, cf. nota 6.

²⁰ Cf., e.g., DALL’AGNOL, 2011, p.38-9; KUUSELA, 2005, p.105-7; 2008, p.285.

podem ser ampliados e sua importância fortalecida. Nesse sentido, a atividade filosófica como investigação gramatical têm implicações éticas e políticas amplas, no sentido de que ela deve nos deixar mais conscientes acerca da maneira que utilizamos certos conceitos²¹ (WITTGENSTEIN, 2008, p.370).

Conclusão

Mesmo que Wittgenstein rejeite a ideia de que a filosofia se encarregue de avançar teses, acreditamos que a sua concepção de filosofia pode apresentar um engajamento ao adotar um princípio ético antidogmático. Concebida a partir dele, a filosofia como investigação gramatical trabalharia especificamente mobilizando uma gama de exemplos e modelos não com o objetivo de indicar um caminho a ser seguido, i.e., uma escolha conceitual a ser adotada, mas sim indicando a existência de inúmeras possibilidades conceituais. Com isso, consequentemente, a filosofia traz à tona o problema da normativização de uma ou outra prática conceitual. Essas, doravante, são concebidas como localizadas, reconduzidas de volta ao jogo de linguagem aos quais elas estavam originalmente vinculadas (*IF* 116). Nesse contexto, o valor da filosofia está no tipo de equívocos que ela pode ajudar a evitar por meio da evidenciação de conexões conceituais entre nossas expressões e seus respectivos propósitos e critérios de validação dos jogos de linguagem em que estão inseridas (*IF* 119).

²¹ Cf. também GEBAUER, 2013, p.40; MALCOLM, 2001, p.31, 35; STRANDBERG, 2006, p.153-4.

Como vimos, confusões conceituais do tipo são, para Wittgenstein, características da filosofia metafísica. Porém, ele mesmo adotara uma perspectiva similar encarando um determinado modelo de proposição como fornecendo uma intuição sobre a natureza destas. Nesse sentido, tomamos o caso de Wittgenstein como paradigmático na identificação do fenômeno do dogmatismo a partir do seu desenvolvimento metodológico. A reconsideração autocrítica de alguns pressupostos firmados ao longo do seu percurso filosófico até então lhe proporcionara uma maneira de se reinventar metodologicamente ao problematizar a própria tendência filosófica em buscar definições essencialistas.

A partir disso procuramos identificar esses elementos dogmáticos em outros âmbitos de discurso. Afinal, modelos conceituais não são mobilizados exclusivamente na filosofia, mas em um sem-número de outros contextos. Para esse fim, mostramos como a defesa do conservadorismo de Roger Scruton pode ser enquadrada como um caso de dogmatismo. Isso ocorre, porque na profissão de sua posição, Scruton idealiza as propriedades dos seu modelo de representação do mundo, da realidade social, etc., atribuindo necessidade ontológica a essas propriedades e tomando-as como critérios de justificação para outras práticas. Ao mostrar os problemas envolvidos nessa tentativa, operamos uma ampliação nos horizontes de aplicação dos conceitos mobilizados por Wittgenstein contra o problema do dogmatismo. Consequentemente, operamos também uma ampliação do princípio ético antidogmático que os impulsiona.

Nesse contexto, acreditamos que isso torna clara a implicação política da atividade filosófica: ao tornar-nos mais conscientes da multiplicidade de

práticas presentes no que chamamos de linguagem, torna-nos também mais atentos para eventuais problemas conceituais que venham a surgir. Assim, a filosofia se torna uma ferramenta antisséptica contra discursos dogmáticos de qualquer tipo.

Referências

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Tradução Danilo Marcondes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAKER, G. P.; HACKER, P. M. S. **Wittgenstein: understanding and meaning. Part I**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2005.

BLOOR, D. **Wittgenstein: A Social Theory of Knowledge**. LONDON (U.A.: MACMILLAN, 1983.

CABANCHIK, S. M. Crítica y Ética: dimensiones del filosofar wittgensteiniano. In: AZIZE, R. L. (Ed.). . **Wittgenstein nas Américas: legados e convergências**. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 163–186.

CONANT, J. Must we show what we cannot say? In: FLEMMING, R.; PAYNE, M. (Eds.). . **The Senses of Stanley Cavell**. Lewisburg: Bucknell University Press, 1989. p. 242–283.

COUTINHO, J. P. **As Ideias Conservadoras Explicadas a Revolucionários e Reacionários**São PauloTrês estrelas, , 2014.

DALL'AGNOL, D. **Ética e Linguagem: uma introdução ao Tractatus de Wittgenstein**. 3. ed. Florianópolis, São Leopoldo: Ed. da UFSC, Editora Unisinos, 2005.

DALL'AGNOL, D. Jogos Morais de Linguagem. In: MORENO, A. (Ed.). . **Wittgenstein: Ética - Estética - Epistemologia**. Campinas: UNICAMP, 2006. p. 59–79.

DALL'AGNOL, D. **Seguir Regras: Uma introdução às Investigações Filosóficas de Wittgenstein**. 1. ed. Pelotas: Ed. da UFPel, 2011.

DALL'AGNOL, D. SEMELHANÇAS DE FAMÍLIA NOS USOS DE 'BOM'. **ethic@ - An international Journal for Moral Philosophy**, v. 15, n. 2, p. 216–230, 2016.

DIAMOND, C. **The Realistic Spirit: Wittgenstein, Philosophy and the Mind**. Cambridge, Massachusetts; London, England: MIT Press, 1995.

ETCHEZAHAR, E. et al. El Dogmatismo : Sistema Cerrado De Creencias, Autoritarismo e Intolerancia. **Anu. investig. [online]**, v. 20, n. 1, p. 207–210, 2013.

GEBAUER, G. **O pensamento antropológico de Wittgenstein**. Tradução Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HACKER, P. M. S. **Insight and Illusion: Themes in the Philosophy of Wittgenstein (Revised Edition)**. Oxford: Clarendon Press, 1986.

HUTTO, D. D. **Wittgenstein and the end of philosophy: Neither theory nor therapy**. London: PALGRAVE MACMILLAN, 2003.

KIRKHAM, R. **Theories of Truth: A Critical Introduction**. Massachusetts: MIT Press, 1992.

KUUSELA, O. From metaphysics and philosophical theses to grammar: Wittgenstein's turn. **Philosophical Investigations**, v. 28, n. 2, p. 95–133, 2005.

KUUSELA, O. **The Struggle Against Dogmatism: Wittgenstein and the Concept of Philosophy**. Cambridge, Massachusetts; London, England: Harvard University Press, 2008.

KUUSELA, O. The development of Wittgenstein's philosophy. In: MCGINN, M.; KUUSELA, O. (Eds.). **The Oxford Handbook of**

Wittgenstein. [s.l.] Oxford University Press, 2011.

MALCOLM, N. **Ludwig Wittgenstein : a memoir.** New York; Oxford: Clarendon Press; Oxford University Press, 2001.

MARCONDES, D. **As armadilhas da linguagem: significado e ação para além do discurso.** Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

MARCUSE, H. **One-Dimensional Man: studies in the ideology of advanced industrial society.** Tradução Douglas Kellner. 2. ed. London and New York: Routledge, 2002.

MONK, R. **Wittgenstein: o dever do gênio.** Tradução Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROKEACH, M. **Crenças, atitudes e valores.** Tradução Angela Maria Magnan Barbosa. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 1981.

SCHROEDER, S. Grammar and Grammatical Statements. In: GLOCK, H.-J.; HYMAN, J. (Eds.). . **A companion to Wittgenstein.** 1. ed. Hoboken: Wiley Blackwell, 2017. p. 252–267.

SCRUTON, R. **The Meaning of Conservatism.** 3. ed. Basingstoke: PALGRAVE MACMILLAN, 2001.

SCRUTON, R. **Como ser um conservador.** Tradução Márcia Xavier De Brito; Bruno Garschagen. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

STRANDBERG, H. **The Possibility of Discussion: Relativism, Truth and Criticism of Religious Beliefs.** Aldershot, Hants, England ; Burlington, VT: Ashgate, 2006.

WALLNER, F. **A obra filosófica de Wittgenstein como unidade.** Tradução Álvaro Alfredo Bragança Júnior; Idalina Azevedo Da Silva. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1997.

WITTGENSTEIN, L. **The Blue and Brown Books.** Oxford: Blackwell,

1960.

WITTGENSTEIN, L. **Wittgenstein in Cambridge : letters and documents, 1911-1951**. 4. ed. Malden, Mass.: Blackwell, 2008.

WITTGENSTEIN, L. **Philosophical Investigations**. Tradução G.E.M. Anscombe; P.M.S Hacker; Joachim Schulte. 4. ed. Malden, USA; Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

WITTGENSTEIN, L. **Tratado lógico-filosófico & Investigações Filosóficas**. Tradução M. S. Lourenço. 6. ed. Lisboa: Editora Fundação Calouste Gulbenkian, 2015.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus logico-philosophicus**. Tradução Luiz Henrique Lopes Dos Santos. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2017.